

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

JF BRUNO LORENCINI: Eu te mandei uma mensagem para ver o contato da advogada para fazer já essa comunicação, lá da Bahia.

DEPOIMENTO DO SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS

MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Sr. Fernando, esta é uma audiência da Justiça Eleitoral, nem faz parte da Justiça Penal e muito menos é desdobramento das investigações da Lava Jato.

O Doutor Bruno Lorencini, que é o Juiz Corregedor Auxiliar, vai proceder à inquirição, mas eu também pergunto. Depois, passamos aos Advogados e, ao final, ao Doutor Nicolao Dino, que é o Subprocurador-Geral da República, que está em Brasília.

Doutor Bruno.

JF BRUNO LORENCINI: Sr. Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis, é isso?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Isso.

JF BRUNO LORENCINI: Sr. Fernando, nós agradecemos a sua presença hoje aqui na Justiça Eleitoral. Como o Ministro já havia colocado, esta é uma ação de investigação judicial eleitoral. Ela foi ajuizada pelo PSDB, pela Coligação Muda Brasil e tem, por representados, a Presidente Dilma Roussef e o Presidente Michel Temer.

Início perguntando se o senhor tem algum tipo de vínculo de amizade, inimizade ou parentesco com um dos dois representados.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Nenhum.

JF BRUNO LORENCINI: Antecipando uma questão que provavelmente o Doutor Alexandre já lhe esclareceu: o senhor possui um acordo de colaboração, é isso?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Isso.

JF BRUNO LORENCINI: Esse acordo de colaboração já foi homologado, porém ainda preservado o sigilo. Nós tivemos a preocupação em fazer uma consulta formal ao Ministro Fachin, inclusive com parecer do Procurador-Geral da República esclarecendo que, hoje, este ato aqui representa, na verdade, uma colaboração do senhor à Justiça, então, não implica nenhum tipo de prejuízo ao seu acordo, e o ato aqui está reservado com sigilo processual.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Perfeito.

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

JF BRUNO LORENCINI: O nosso objeto é bem específico. Como o senhor está convocado com testemunha do Juízo, presta o compromisso de dizer a verdade. O senhor está advertido, nas penas da lei, de responder apenas sobre os fatos que conhece, que sejam verdadeiros. O senhor compreende?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Perfeito. Ciente.

JF BRUNO LORENCINI: Sr. Fernando, o nosso foco é a questão da campanha eleitoral de 2014. Não tivemos acesso à sua colaboração. Eu farei algumas perguntas, iremos construir esse depoimento, e, obviamente, também trarei algumas perguntas genéricas para que o senhor possa, espontaneamente, trazer o que seja relevante para esse processo.

Primeiro, eu queria saber qual foi sua função na empresa Odebrecht.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Eu entrei na Odebrecht desde o final da década de 80, início da década de 90. Trabalhei na Construtora Norberto Odebrecht até o ano 2004/2005, possivelmente, muito pouco no Brasil, mais fora do Brasil. Retornei ao Brasil em 2005/2006. Fui responsável por uma empresa que se chamava: Odebrecht Investimentos em Infraestrutura. Depois, no início de 2008, fui o fundador da Odebrecht Ambiental, até setembro do ano passado, quando eu sai da Odebrecht Ambiental, porque é uma empresa que está em um processo de venda, então, fui para a Odebrecht S.A., para *holding* Odebrecht, para conduzir a conclusão do processo de venda da empresa da qual eu fui o criador e o fundador. Então, parte da minha carreira na construção e os últimos dez anos todos na parte de investimento.

JF BRUNO LORENCINI: A Odebrecht Ambiental, o senhor permaneceu de 2008 até dois mil e...

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: 2016.

JF BRUNO LORENCINI: Até 2016. A Odebrecht Ambiental lidava com que tipo de projeto?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Basicamente concessões públicas e privadas de água e esgoto.

JF BRUNO LORENCINI: Água e esgoto.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Basicamente concessões; tratamento de água e esgoto para cidades, municípios e, também, algumas concessões no setor privado, de indústrias, grandes polos industriais, nos quais fazíamos a parte de fornecimento de água e de tratamento dos efluentes.

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

JF BRUNO LORENCINI: Então, pelo que o senhor me expôs, a relação da Odebrecht Ambiental com o Governo Federal...

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Nenhuma.

JF BRUNO LORENCINI: Nenhuma?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Nenhuma. Com o Governo Federal, em si, direta, nenhuma. Tínhamos alguma pequena relação com alguns órgãos onde fazíamos serviços ambientais: tratamento de água e efluentes – basicamente Transpetro e Petrobras –, mas isso representava uma participação muito pequena na empresa, e as questões creditícias com o BNDES e Caixa Econômica Federal. Mas, com o Governo Federal, de forma direta, nenhuma.

JF BRUNO LORENCINI: Mais em relação a crédito, com...?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Mais a relação creditícia com o BNDES e com a Caixa Econômica Federal. O saneamento no Brasil é uma questão de titularidade municipal, quando muito estadual. Então, a nossa relação com o Governo Federal é nenhuma. Essa empresa foi criada, inclusive, depois da legislação, que é de 2007, da 11.445, que é a Lei de Saneamento. Então, de fato, não tínhamos nenhuma relação. Eu não tinha nenhuma relação com o Governo Federal.

JF BRUNO LORENCINI: O senhor dentro da Odebrecht exercia que função?

MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Mas tinha relação com o BNDES?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Com o BNDES e com a Caixa Econômica Federal a relação creditícia.

JF BRUNO LORENCINI: Dentro da Odebrecht Ambiental o senhor era...?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Presidente da Odebrecht Ambiental.

JF BRUNO LORENCINI: Presidente da Odebrecht Ambiental. O senhor era subordinado diretamente a alguém?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Diretamente ao Marcelo Odebrecht, tanto na qualidade dele como Presidente da Odebrecht S.A., como Presidente do

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

Conselho de Administração da Odebrecht Ambiental também. Na verdade, desde já da época da construtora, eu fui subordinado ao Marcelo Odebrecht.

JF BRUNO LORENCINI: O senhor imagina que o nosso tópico aqui envolve diretamente a relação da Odebrecht com campanhas eleitorais, partidos políticos, enfim... Como isso se desenvolvia na Odebrecht Ambiental, na empresa que o senhor estava responsável?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: A Odebrecht Ambiental, como empresa, até pela legislação eleitoral, como concessionária de serviço público, a Odebrecht Ambiental não pode fazer doações. Pela parcela das concessões públicas que nós ainda detemos, ou detínhamos, na empresa, estávamos proibidos pela legislação eleitoral de fazer qualquer contribuição a campanhas eleitorais pela Odebrecht Ambiental. Tínhamos um limite muito pequeno porque basicamente o nosso limite era sobre as receitas privadas que tínhamos – aqueles clientes privados –, isso representava 30% da empresa. Então, o nosso limite de doação eleitoral era muito baixo. Entretanto, eu, como executivo da Odebrecht Ambiental e pela trajetória da Odebrecht, como, inclusive, coloco no meu relato, acabava sendo também uma porta de entrada: nós acabávamos recebendo alguns pedidos, algumas demandas por estar presentes em várias localidades do Brasil e eu acabava, nesse papel de porta de entrada, encaminhando essas solicitações, esses pedidos que tínhamos recebido para dentro da Odebrecht S.A. Aí é muito mais pela minha participação como executivo da Odebrecht do que especificamente como presidente da Odebrecht Ambiental.

JF BRUNO LORENCINI: O senhor disse que era uma porta de entrada: isso funcionava de que forma? O senhor recebia demandas diretamente em razão dos contratos que eram feitos de concessão ou essas demandas vinham por uma manutenção de uma relação política? Como isso funcionava?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Pela relação dos contratos que tínhamos, muito pouco. Nós sempre evitamos esse tipo de coisa. Inclusive, na minha colaboração, comento alguns casos onde fomos quase que... Não chegamos a efetuar, mas fomos muito pressionados por presença em determinados lugares a fazer contribuições. Esse era o tipo de contribuição que nós – eu, pelo menos na empresa – nunca fizemos quando éramos quase que forçados a isso em troca de que não se criasse algum problema. Na minha delação, inclusive, relato alguns casos onde foram criadas dificuldades para serem recompensadas com contribuições de campanha que nós não fizemos – ameaças de cancelamento, caducidade de contrato... E nós sempre fomos até para a esfera judicial em alguns casos para não ceder a isso.

JF BRUNO LORENCINI: Desculpa interromper, mas isso em nível...

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Municipal. Eu diria que, conosco, isso só aconteceu em nível municipal. Na época das campanhas municipais, nós

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

sofríamos algumas ações administrativas que, na verdade, tinham como propósito forçar ou criar uma circunstância para alguma contribuição. Esse tipo de ação eu sequer jamais levei para dentro da Odebrecht S.A ou para dentro da Organização Odebrecht – esse pedido de contribuição – por entender que essa jamais seria uma conduta, até porque isso tinha uma potencialidade de proliferação enorme e seria uma questão... A Odebrecht Ambiental chegou agora no momento da venda e está presente em 180 Municípios no Brasil. Isso seria inadmissível.

Essa porta de entrada eu caracterizo mais pelo fato de estarmos em alguns Estados, de termos presença em 13 Estados e, em alguns casos, sermos o ponto de contato de determinados políticos, seja um candidato ao Governo do Estado, seja um candidato ao Senado, que acabava convivendo com aquele responsável pela Odebrecht Ambiental naquele determinado ambiente. Isso, inclusive, acontece de forma proporcional ao nosso crescimento. Essa empresa tem nove anos. Então, em 2010, ela tinha um tamanho; em 2014, ela tinha outro tamanho. Assim, a presença geográfica acabava fazendo com que nós fôssemos contactados por determinadas autoridades, ou candidatos, tanto em alguns locais onde estávamos presentes, quanto em alguns locais... Como o nosso propósito institucional sempre tratou da privatização ou, pelo menos, da participação privada no setor de saneamento, era comum candidatos com pró-privado ou pró-investimento privado buscarem um apoio para mostrar que existia um propósito institucional nesse sentido. Era mais nesse sentido, e quando era alguma pessoa de expressão nacional ou que tinha muito mais... Porque justamente não tinha nenhuma relação conosco, com a atividade da empresa, isso era canalizado, era uma relação que entrava através da minha pessoa ou de algum executivo da Odebrecht Ambiental, chegava ao meu conhecimento e eu levava diretamente isso para a Odebrecht para ver se havia algum interesse de ajudar x, y.

JF BRUNO LORENCINI: Quando você fala levar para a Odebrecht é levar para o Marcelo?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Em alguns casos para o Marcelo, em alguns outros casos dividia com os colegas da construtora ou dividia basicamente com algum outro... Existia, por exemplo - não me lembro de nenhuma situação específica basicamente da construtora -, tendo sido recebido por um candidato de um Estado x, onde a Odebrecht Ambiental estava presente e a construtora não estava presente. Eu, às vezes, levava para o próprio Presidente da construtora ou eventualmente o Diretor da construtora naquele Estado para dizer: "Olha, o sujeito está querendo uma contribuição de campanha e nós, como Odebrecht Ambiental, não temos interesse, não acho que seja um candidato, não tem peso, não tem isso, não vejo nenhum interesse meu em propor isso; se você tiver algum interesse, conduza e eu lhe apoio."

MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Pelo que o senhor falou há pouco não ficou muito claro para mim. A Odebrecht Ambiental seria diferente da construtora e não pagava propina em nenhum momento? Não há episódios de pagamento de propina?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Nem nos financiamentos?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Nem nos financiamentos, nem financiamentos.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Era uma ilha? A que o senhor atribui isso?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Excelência, eu lhe diria o seguinte: por mais que pareça... É importante entender: na parte de investimento... A parte de investimento, no nosso caso, é bem diferente de outras atividades como da construtora. Uma vez ganha a licitação, o nosso contato – e assinado o contrato – com o poder público é muito pequeno porque o poder público passa a ser concedente. Nós cobramos e recebemos. A nossa receita vem da arrecadação da cobrança de contas dos usuários. Nós emitimos dois ou três milhões de contas todos os meses e recebemos. Então, não existe aquela dependência de que não paga a fatura, de que paga a fatura...

MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Mas na contratação nunca houve...?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Nunca houve. No nosso caso, nunca houve porque – mais uma característica do setor de saneamento – a demanda de saneamento no Brasil é menor do que a capacidade de investimento do setor público e o privado, por isso é que no Brasil sempre se lê na imprensa o déficit de saneamento brasileiro. Existe mais necessidade do que as empresas podem oferecer. Então, nesse setor de saneamento, diferente de construção e diferente de outros, de fato, existem vários projetos que são levados adiante e que não têm um operador privado para fazê-lo porque, como depende de uma dívida no financiamento, as empresas ficam restritas pelo seu balanço, pelas suas condições econômicas financeiras.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Estou satisfeito.

JF BRUNO LORENCINI: Como o senhor fazia – o senhor relatou agora, senhor Fernando – essa divisão do que levar para Marcelo e o que resolvo com os outros diretores?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Basicamente, alguma coisa que pudesse ser nacional, que tivesse uma questão que fosse do Governo Federal eu possivelmente levaria para o Marcelo. Alguma questão que fosse de Congresso ou qualquer coisa, mas que tivesse uma influência estadual, eu levava para os meus pares. Eu diria que era uma percepção minha pelo conhecimento de como a empresa funcionava. Dando um exemplo, talvez um pedido de um senador pudesse ser dividido com o Marcelo, ou não.

JF BRUNO LORENCINI: O senhor tinha conhecimento de onde vinham esses valores que eventualmente tivessem que ser pagos num pleito de um senador por exemplo?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Da onde vinham internamente sim. Eu sabia que existia um setor que cuidava disso, que operacionalizava isso, que, na verdade, cuidava de operações estruturadas num sentido mais amplo. Enfim, não era só para fazer isso, mas que também cuidava das questões de campanha, político. E, nessas questões de campanha política, sabia a quem pedir. Da onde isso vinha? Do meu ponto de vista, vinha dali. Ou seja, como é que isso era gerado ou originado eu não tinha a menor ideia.

JF BRUNO LORENCINI: O senhor sabia da onde vinham, como eram formados os créditos que ingressavam nessa operação?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não, não. Eu sabia como vinham depois internamente. Ou seja, do meu ponto de vista, eu sabia a quem pedir sem saber a origem.

JF BRUNO LORENCINI: Mas a Odebrecht Ambiental, como integrante do grupo, ela acabava de alguma forma formando crédito para essa conta de caixa 2?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não, não.

JF BRUNO LORENCINI: Enfim, de operações estruturadas?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Na verdade, nem crédito nem débito, não é? Porque, como basicamente o meu papel era essa porta de entrada, o que eu costumo dizer é que era muito mais a porta de entrada para canalizar para a Odebrecht, muito pouco para a Odebrecht Ambiental, nada para a Odebrecht Ambiental.

JF BRUNO LORENCINI: Entendi.

E o senhor, de alguma forma, com a campanha presidencial de 2014, tinha algum tipo de..., participou de reuniões? Enfim, para alguma definição de doações que seriam destinadas à campanha presidencial?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: A campanha presidencial para a chapa...

JF BRUNO LORENCINI: De 2014.

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: No sentido amplo ou especificamente para...?

JF BRUNO LORENCINI: Pode ser no sentido amplo, para as campanhas presidenciais.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não, participar de reuniões não participei. Participar de grandes reuniões para estratégia de que se definia não.

JF BRUNO LORENCINI: Dessa política de doações não?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Da campanha após ter tratado temas específicos que vieram por meu intermédio, mas nunca participei de nenhuma reunião ampla com o próprio Marcelo. Enfim, com outras pessoas para definir essa estratégia não.

JF BRUNO LORENCINI: E, senhor Fernando, como eu disse, nós não tivemos acesso à colaboração do senhor. Então, vou fazer aqui uma pergunta...

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Caiu, não é?

JF BRUNO LORENCINI: Caiu aqui, gente. Só um minutinho para reconectar.

Voltamos? Doutor Nicolao, nos ouviu?

DR. NICOLAO DINO: Agora, sim, voltamos com áudio e vídeo.

JF BRUNO LORENCINI: Está ótimo!

DR. NICOLAO DINO: Mas o Ministro Herman Benjamin não está aparecendo na tela.

JF BRUNO LORENCINI: Não, o Ministro já teve que se retirar.

DR. NICOLAO DINO: Ah, bom!

JF BRUNO LORENCINI: Continuando aqui, Sr. Fernando.

DR. NICOLAO DINO: Obrigado.

JF BRUNO LORENCINI: Nós não tivemos acesso à sua colaboração com antecedência, então vou fazer uma pergunta genérica: em relação ao evento campanha presidencial de 2014 – e o nosso foco especialmente, à chapa Dilma/Temer –, o senhor tem algum fato, algum episódio que seja relevante em relação a esse tema?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Tem um relato na minha colaboração que se refere à Chapa Força do Povo na eleição de 2014.

JF BRUNO LORENCINI: O senhor, por favor...

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Quer que eu proceda?

JF BRUNO LORENCINI: Por favor.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Eu recebi –possivelmente, deve ter sido em junho de 2014 – uma mensagem do Marcelo Odebrecht, que era o presidente da Odebrecht S/A, para que eu procurasse o Alexandrino Alencar, que era o diretor de relações institucionais da Construtora Norberto Odebrecht. Marcelo me disse – possivelmente, que eu me lembre, numa ligação telefônica –: “Olha, procure, por favor, o Alexandrino Alencar porque ele precisa de um apoio seu.” Eu: “Perfeitamente.” Procurei o Alexandrino Alencar e o Alexandrino me disse que havia tido uma reunião entre o Marcelo Odebrecht e o então Ministro Guido Mantega, na qual havia um pedido do Ministro Guido Mantega para que a Odebrecht consolidasse um apoio financeiro a determinados partidos, de forma que esses partidos confirmassem a sua participação na coligação, garantindo a eles, então, o tempo de televisão. E que ele, Alexandrino Alencar, estaria encarregado de vários desses partidos, mas que existia um dos partidos que, pelas relações sindicais que a Odebrecht Ambiental tinha e pela sua dispersão, ele não tinha o contato com o Partido PDT.

Então, como ele sabia e o Marcelo sabia que, em função das relações sindicais trabalhistas, essa relação era uma relação que eu mantinha, principalmente na época que o então Ministro Lupi esteve na pasta do trabalho, eles me pediam que eu fizesse esse contato e essa interface com o PDT para consolidar essa participação do PDT na Chapa Força do Povo.

Existia ali uma característica. O Alexandrino me disse: “Olha, existe uma certa pressa, existe a pressa da encomenda, a encomenda que não foi feita. Existe a pressa para que isso seja confirmado rapidamente, que eles confirmem rapidamente a sua participação na coligação Força do Povo, garantindo, assim, o tempo que eles têm de televisão.”

Então, a incumbência, na verdade, a missão que me foi pedida foi para que eu procurasse o PDT e fizesse um oferecimento. A faixa que me foi dita, na época, era entre quatro e sete milhões de reais. Que fosse oferecido ao PDT para esse propósito especificamente.

Então, procurei o Tesoureiro, não sei se ainda é, o então Tesoureiro do PDT, que eu já conhecia, conhecia a ligação dele com o Presidente do PDT, chama-se Marcelo Panella, que era o Tesoureiro do PDT. Marquei com ele, possivelmente através de secretárias e tal, um

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

encontro aqui na cidade do Rio de Janeiro, numa cafeteria, num Starbucks, no bairro de São Conrado.

Estive com ele logo na sequência desse pedido, ainda no mês de junho, no qual eu disse a ele: “Olha, recebemos — fui literal — uma encomenda e eu tenho aqui a missão de lhe comunicar que nós temos uma contribuição para fazer, com recursos não contabilizados, para que vocês confirmem a participação de vocês na Chapa Força do Povo nessa eleição de 2014.”

Eu já estava avisado, já sabia que ia receber esse contato, e estranhei o valor. Eu na época fui no limite de baixo, da faixa que tinham me dado, nos quatro milhões de reais, estranhei o valor, mas eu já tinha recebido o recado, estava esperando esse contato, e nós vamos, então, proceder dessa forma.

Na época, eu ainda disse: “Olha, o nosso pessoal que se encarrega de operacionalizar essas contribuições está com alguma dificuldade de fazer isso nesse momento, mas conte com o nosso compromisso, conte com a nossa obrigação, isso será feito mais adiante, ao longo do processo, e vamos marcar uma data.” Eles tinham me dado a data de trinta dias mais. Então, nós estávamos imaginando final de julho para que fosse feito isso.

Eu disse: “Conte com o compromisso. É importante para atender à encomenda que nos foi feita que vocês confirmem a participação na chapa e nós retomaremos o contato no final do mês de julho.” E assim foi feito.

Eu – sou sincero – não acompanhei exatamente se tinha havido ou não a manifestação. Entendi eu que sim, porque não houve mais nenhum contato; não voltei a falar com o Alexandrino Alencar. Esse é um assunto que eu sempre evitei porque sabíamos que eram pagamentos não contabilizados. Nós sempre evitamos o contato ou contatos desnecessários ou voltar a falar. Enfim, a exposição era grande. Tive o sinal verde do Departamento de Operações Estruturadas de que nós já teríamos a disponibilidade dos recursos. Voltei a procurar o Sr. Marcelo Panella no final de julho e marcamos, na verdade, quatro entregas a ele de um milhão de reais cada, perfazendo os quatro milhões de reais. Essas entregas foram feitas. Consequentemente... Nós marcamos, na verdade, no primeiro encontro, duas entregas de um milhão de reais, nos dias 4 e 11 de agosto de 2014. E, depois, tivemos um novo encontro, no final já de agosto, um mês depois, marcando a terceira e a quarta entregas, que foram efetuadas nos dias 1º e 9 de setembro, sempre no próprio escritório do Marcelo Panella, no Centro do Rio de Janeiro. Isso foi feito.

Na verdade, esses pagamentos todos foram feitos com despesas não contabilizadas, operacionalizados pelo Setor de Operações Estruturadas. O meu contato, basicamente, até para evitar excesso de comunicação nesse caso, foi combinar: ele me deu o endereço dele, que era no próprio escritório dele, que, depois, nós... Ele me deu o endereço na época. Agora, na nossa apuração, a gente verificou que é o próprio endereço do escritório da empresa pessoal

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

dele, do Marcelo Panella. Nós, ali, já combinamos as senhas, que senhas iam ser ditas no momento da entrega, e eu passei todas essas informações para o nosso Departamento de Operações Estruturadas. E assim foi feito.

JF BRUNO LORENCINI: Entregue em espécie?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Entregue em espécie no escritório do senhor Marcelo Panella, no endereço... Eu até tenho aqui o endereço, que foi na Avenida Nilo Peçanha, número 50, sala 2708, no Centro do Rio de Janeiro. Isso era o escritório de uma empresa chamada “Credicasa Empreendimentos e Administração Imobiliárias Ltda.”, que tem o Sr. Marcelo Panella como um dos sócios.

JF BRUNO LORENCINI: E o senhor passou quatro datas aqui: 4 e 11 de agosto e 1º e 9 de setembro.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: E 9 de setembro, exatamente.

JF BRUNO LORENCINI: Quem entregou?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não sei.

JF BRUNO LORENCINI: Não sabe.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: A única coisa que nós combinamos basicamente foram as datas. Ele me deu o endereço no qual seriam efetuadas as entregas. Nós tínhamos que combinar uma senha, que, na verdade, nem eu fazia isso. Essa questão de combinação de senha ou endereço era raro, raríssimo que eu fizesse. Normalmente, era alguém do Setor de Operações Estruturadas, mas, nesse caso, para evitar mais contatos, mais encontros, por segurança, eu combinei com ele. Ele torcia para o time do Fluminense, então, identificamos as senhas com nomes de jogadores do time do Fluminense nessas datas. E eu, internamente, dentro do sistema em que se operava o Setor de Operações Estruturadas... Inclusive, atribuí a essa contribuição o codinome de “canal”, já que eu estava sendo o canal de pagamento, o canal de comunicação entre... Na verdade, entre um pedido do Ministro Guido Mantega ao Marcelo Odebrecht e o próprio partido PDT.

JF BRUNO LORENCINI: E esse valor entregue de quatro milhões, o senhor...? Saiu de onde? Daquela conta que o Marcelo mantinha? O senhor não...? Essa parte...?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Vim a entender ou saber um pouco mais agora, na fase de apuração e pela própria imprensa. Não sabia da onde saía. Não...

JF BRUNO LORENCINI: O senhor participou ali mais da operacionalização.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Particpei basicamente como um canal de comunicação. Por isso, inclusive, atribuí, nesse caso, o codinome de “canal” a essa operação no sistema, que hoje faz parte da nossa colaboração. Está lá registrado como “canal” justamente porque nada mais foi do que um canal de comunicação, pelo contato...

JF BRUNO LORENCINI: E o senhor sabe dizer se esse mesmo *modus operandi* foi aplicado em relação aos outros partidos que deveriam compor a coligação?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Olha, não sei.

JF BRUNO LORENCINI: O senhor cuidou do PDT.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Eu cuidei só do PDT. Inclusive, me lembro que, na época, o Alexandrino manifestou os outros partidos. É muito provável que ele tenha dito qual era a sigla dos outros partidos, mas eu sequer me atentei a isso. Vim a estar mais atento agora na nossa investigação interna, na nossa apuração interna, já no processo de colaboração. Do PDT eu sabia, logicamente conhecia, tanto que consegui recompor as datas, os endereços. A minha participação foi especificamente essa.

JF BRUNO LORENCINI: O senhor conseguiu recompor isso porque tinha anotado?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Basicamente, por agenda, com os dias que eu vinha ao Rio de Janeiro, com a nossa averiguação interna, com as datas dos pagamentos pelo sistema, o sistema utilizado pelo setor de Operações Estruturadas, que é parte integrante dessa colaboração. As datas dos pagamentos e, a partir dessas datas e das senhas, é que me fizeram recordar de todo esse processo.

Por isso eu coloco aqui, sem precisar, as datas dos encontros. Eu tenho “janelas” de datas – que foram final de junho, julho e agosto – onde esses encontros ocorreram. As datas dos encontros, eu não tenho como precisar especificamente.

JF BRUNO LORENCINI: E do PTD, apenas o Marcelo Panella que o senhor teve encontro...?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Estive com o Marcelo Panella em alguma oportunidade que eu não me lembro exatamente se foi durante a campanha, logo após a campanha, ou nesse período. Estive com o Marcelo Panella e com o

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

Carlos Lupi, que, inclusive agradeceu. Não falamos especificamente disso, mas claramente ele...

JF BRUNO LORENCINI: Mas o contato com o Carlos Lupi foi apenas protocolar?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Protocolar.

JF BRUNO LORENCINI: Não conversou nada sobre o...

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Nada, nem sobre a operacionalização nem nada disso.

JF BRUNO LORENCINI: E foi caixa 2.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Caixa 2.

JF BRUNO LORENCINI: Além desse episódio, senhor Fernando, alguma outra coisa que tenha tido impacto na campanha de 2014?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: No que diz respeito à Coligação A Força do Povo, essa foi a minha única participação, esse foi o único episódio. Existem na minha colaboração outros relatos. Não sei se estão sob sigilo.

JF BRUNO LORENCINI: É a mesma situação do...? Tivemos aqui o mesmo episódio, que envolve as outras chapas e...

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Estou sempre à disposição para colaborar e contribuir. Só não sei quanto à questão do sigilo. A decisão é de vocês e dos advogados. Estou à disposição.

JF BRUNO LORENCINI: Rigorosamente, é a mesma situação...

(Fala fora do microfone)

DR. JOSÉ EDUARDO ALCKMIN: ... não é estritamente objeto desta ação. Talvez se deixe para outra oportunidade...

DR. FLÁVIO HENRIQUE: Eu gostaria de fazer uma ponderação.

JF BRUNO LORENCINI: Pois não, Doutor! Fique à vontade.

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

DR. FLÁVIO HENRIQUE: Vossa Excelência me permite? Para evitar novamente o que aconteceu, fazendo uma mea-culpa, Doutor Alckmin, eu questioneei várias vezes se era atinente à eleição presidencial. Entendi que estavam envolvidas todas as chapas. Nós avançamos e extrapolamos o limite. É a mesma e exata situação da decisão já deliberada.

Então, fazendo eco àquela decisão anterior, recomendo ao Fernando que, sobre os outros fatos e sobre os outros eventuais partidos ou candidatos, fique restrito o sigilo...

JF BRUNO LORENCINI: Doutor Flávio, entendo que houve uma primeira...

DR. FLÁVIO CAETANO: Pelo que entendi, o Ministro ouviu que era e, a partir disso, ele falou: “Daqui em diante, não.” Tanto que ele não aprofundou.

JF BRUNO LORENCINI: No caso, vou seguir a linha que o próprio Doutor Alexandre está colocando – e aí está no juízo do próprio advogado que conhece os fatos – de que a algo relacionado à outra chapa vai ser aplicada a mesma decisão que o Ministro adotou.

DR. FLÁVIO CAETANO: Ao final, vou pedir que ele seja reinquirido.

JF BRUNO LORENCINI: Na verdade, estou mantendo aqui o que o Ministro tinha decidido. Não sei se o Doutor Nicolao quer manifestar alguma...

DR. FLÁVIO CAETANO: Se ele pudesse dizer quais chapas...

DR. NICOLAO DINO: Doutor Bruno, desculpe-me interromper o Doutor Flávio.

Só para esclarecer: a testemunha teria fatos outros a mencionar acerca do objeto específico deste processo ou de doações a outros partidos?

JF BRUNO LORENCINI: A situação é similar.

Doutor Alexandre, acho que o senhor é que pode responder isso.

(Fala fora do microfone)

DR. NICOLAO DINO: Se os fatos a que a testemunha poderia se referir são fatos que digam respeito diretamente a este processo, a cláusula de sigilo, a meu ver, não incide. Mas, se são fatos diversos daqueles que estão sendo apurados nesta ação, aí sim, eu creio que seja o caso de se aplicar a linha definida na assentada anterior.

DR. ALEXANDRE WUNDERLICH: Asseguro a Vossa Excelência que não é a mesma chapa anterior, e que é na mesma linha e, seguindo o mesmo racional da decisão do Ministro,

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

eu recomendo que o meu cliente fique em silêncio sobre este segundo relato que faz parte da colaboração dele.

DR. GUSTAVO GUEDES: Doutor Bruno, só uma questão para eu ter uma ideia do que se trata. O Doutor acabou de dizer que não é a mesma chapa. Poderia pelo menos dizer qual é a chapa para a gente saber? É só isso. Não precisa aprofundar.

DR. ALEXANDRE WUNDERLICH: Doutor Bruno, eu rogo a Vossa Excelência que mantenha a decisão anterior.

JF BRUNO LORENCINI: Está mantida a decisão do Ministro. Creio que ficou claro o posicionamento dele de que isso pode ser objeto de um pedido de reinquirição e isso ser provocado. Vou seguir a linha que ele adotou, até por uma questão de coerência na condução da audiência.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Eu queria dizer que estou aqui absolutamente à disposição. A minha intenção é sempre colaborar.

JF BRUNO LORENCINI: Sem dúvida nenhuma. Isso já ficou bem demonstrado na audiência.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Eu não tenho o conhecimento para dar tomar essa decisão. Então, deixo aqui...

JF BRUNO LORENCINI: Então, eu vou passar às perguntas dos advogados, começando com o Doutor Alckmin. O senhor tem alguma?

DR. JOSÉ EDUARDO ALCKMIN: ...(inaudível)...

JF BRUNO LORENCINI: Doutor Gustavo?

DR. FLÁVIO HENRIQUE: Excelência?

JF BRUNO LORENCINI: Desculpe, Doutor! Pois não!

DR. FLÁVIO HENRIQUE: Boa noite, Doutor Fernando, Doutor Alexandre.

Duas perguntas, apenas: o senhor disse que o pagamento feito ao PDT era referente à venda de um tempo de TV. Quem lhe fez essa afirmação?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Veja, a palavra venda – desculpe-me se eu disse, não me lembro de ter dito. Do que me lembro é uma conversa que

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

tive internamente com o Diretor de Relações Institucionais da Construtora, Alexandrino Alencar, que era quem fazia o contato com o tesoureiro do partido do PT, o senhor Edinho Silva. Ele me disse que a pressa que existia era de assegurar o apoio desses partidos para garantir o tempo de TV. Garantir que esse tempo de TV iria para a Coligação Força do Povo e que não houvesse o risco de que um desses partidos saísse, desgarrasse da Coligação Força do Povo e eles perdessem esse tempo.

DR. FLÁVIO HENRIQUE: Essa relação do pagamento com o apoio foi confirmado na conversa que o senhor teve com o Sr. Panella?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Com o apoio do partido na Coligação, foi, tanto que ele foi... A minha afirmação já foi esta: estou aqui numa missão para fazer uma contribuição de campanha não contabilizada, por caixa 2, para que vocês confirmem a participação na Coligação Força do Povo.

DR. FLÁVIO HENRIQUE: Muito obrigado. É só isso.

JF BRUNO LORENCINI: Doutor Gustavo?

DR. GUSTAVO GUEDES: O meu nome é Gustavo Guedes, Advogado do Doutor Michel Temer.

Sr. Fernando, eu fiz um levantamento sobre as empresas que tinham o sobrenome Odebrecht ou no seu nome Odebrecht, que era aquilo que podíamos identificar, e eu identifiquei na relação de doações uma empresa chamada Odebrecht Ambiental Otacílio Costa S.A. É a empresa que senhor conduzia?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não. A Odebrecht Ambiental Otacílio Costa S.A. é uma subsidiária da empresa que eu conduzia, que cuidava de um contrato com a Indústria de Papel Klabin. Trata-se de uma planta em Santa Catarina, na cidade de Otacílio Costa, por isso o nome da empresa. Ela fazia os serviços de tratamento de efluentes da Indústria de Papéis Klabin em Santa Catarina, numa cidade ou distrito chamado Otacílio Costa – daí o nome.

DR. GUSTAVO GUEDES: Não vou pedir para o senhor aprofundar porque o Doutor Bruno vai me impedir, mas consta uma doação de cinquenta mil reais para o Comitê Financeiro Nacional de Presidente da República do PSB. O senhor sabe disso, soube disso?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Veja, as doações formais, doações oficiais feitas pelas empresas da Odebrecht Ambiental, tanto pela Odebrecht Ambiental quanto pelas subsidiárias, justamente como eu afirmei aqui no início, o nosso limite era restrito à atividade privada que nós tínhamos. Essa era uma atividade privada da

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

empresa para um cliente privado, e eram feitas algumas doações oficiais, mas isso era coordenado, na verdade, por esse setor de operações estruturadas. Eles é que faziam esse quebra-cabeça, esse xadrez das doações. Não era uma decisão minha, era decisão do pessoal ao setor de operações estruturadas, que dizia: “Esse seu limite vamos usar para fazer...” E muitas vezes o pessoal falava direto com o nosso financeiro e dizia: “Por favor, faça dentro do limite que existe nessa sucursal sua, que é privada. Use esse limite para fazer uma doação para o partido tal, da forma tal”. Ou o financeiro vinha e pedia minha autorização: “Lá do setor de operações estruturadas – na época, nós chamávamos de área financeira – estão me pedindo para fazer essa doação formal, posso fazer?” E nós fazíamos.

DR. GUSTAVO GUEDES: Foi dito ontem pelo Marcelo Odebrecht e hoje pelo BJ, como ele mesmo se intitulou – Benedicto Júnior –, que teria havido uma reunião entre os executivos, os líderes empresarias, ou executivos chefes, quem coordenava as empresas, presidia as empresas, para definição do quanto a Odebrecht doaria para as campanhas, seja de modo oficial, seja por uma... Acho que caiu.

(Queda de comunicação com a videoconferência)

DR. NICOLAO DINO: Já restabeleceu o contato, Doutor.

DR. GUSTAVO GUEDES: Eu vou repetir, então, porque não sei quando caiu. Foi dito pelo Marcelo Odebrecht e pelo Benedicto Júnior – dito pelo Marcelo Odebrecht e confirmado pelo Benedicto Júnior – que teria havido uma reunião entre os executivos chefes, os líderes etc., para definição de quanto a Odebrecht contribuiria com as campanhas no Brasil. O senhor participou dessa reunião?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não.

DR. GUSTAVO GUEDES: O senhor soube dela, sabe dela, tem algum conhecimento dela?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Veja, não. Esse conhecimento da reunião, não. Sempre imaginei, até pela nossa prática e forma, que, em algum momento, alguém teria conversado ou definido esses valores, esses limites. Sabia que possivelmente deveria ter acontecido, mas conhecer a reunião especificamente - quando foi, onde foi, quem estava presente - nem tomei conhecimento. Minha participação nisso era muito mais eventual, como eu coloquei aqui. Eu atuava muito mais nisso de forma por demanda do que por proposição: quando recebia alguma demanda, levava para dividir com algumas dessas pessoas ou a pessoa que eu acreditasse que podia interessar. Não participei.

DR. GUSTAVO GUEDES: A sua empresa... Pelo que eu entendi, o setor de operações estruturadas era um setor concebido para que houvesse uma forma de ter acesso aos recursos de forma mais organizada, recursos de modo livre, vamos chamar assim: independentemente

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

de fiscalização, seja em dinheiro, seja pagamento no exterior. Imagino que esse setor não tinha renda própria, ele dependia de negócios das outras áreas para alimentá-lo. A sua empresa alimentava financeiramente esse setor de operações estruturadas?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não.

DR. GUSTAVO GUEDES: Não havia?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não. Não havia, não alimentamos, não tínhamos forma nem margem. Enfim, não tínhamos nenhuma... (inaudível)...

DR. GUSTAVO GUEDES: O senhor acha isso porque, talvez, vocês, pelo que o senhor disse, não efetuassem pagamentos dessa natureza? Por isso, talvez?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Veja, na verdade, no nosso tem todos os componentes.

Os pagamentos que eu demandava para isso eram muito menos de interesse meu e mais de proposto interesse de outras áreas, como aqui no caso, especificamente, essa doação foi feita por demanda. Segundo, porque o nosso negócio não requeria nenhum apoio de nenhum partido. A Odebrecht Ambiental nunca pediu, ou nunca dependeu de nenhum apoio, nenhuma aprovação legislativa. Enfim, não existia esse tipo de relação. A nossa relação era muito mais, como coloquei aqui, uma relação com o consumidor. O dia a dia da nossa atividade é muito mais com o consumidor ou com o setor privado.

DR. GUSTAVO GUEDES: Certo. Última pergunta. O senhor falou que recebeu a demanda de fazer contato com o PDT para cuidar da situação. O senhor usou a expressão aqui – pelo menos, foi o que entendi; se eu estiver errado, por favor, me corrija – que o Alexandrino lhe procurou dizendo: “Procure o PDT que nós precisamos acertar o PDT por caixa 2”. Isso veio pronto, já determinado que seria caixa 2 pelo Alexandrino ou isso surgiu na conversa com o Fernando Panella?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Marcelo Panella.

DR. GUSTAVO GUEDES: Marcelo. Desculpe-me.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Já veio determinando. Eu fui informado de que seria por caixa 2; não entrei no mérito se seria de forma oficial ou não oficial. Assim recebi a informação de que seria por caixa 2.

DR. GUSTAVO GUEDES: Do Alexandrino?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Do Alexandrino Alencar, que era quem o Marcelo tinha me pedido que procurasse, e assim coloquei para o Marcelo Panella. Nunca houve sequer qualquer demanda dele de que diferente fosse ou qualquer proposta minha de que isso fosse diferente, ou seja, na raiz dessa conversa, já estava que seria feito por caixa 2. Então, esse não foi um assunto tratado de forma diferente nem pelo Alexandrino comigo nem na minha conversa com o Marcelo Panella.

DR. GUSTAVO GUEDES: Satisfeito. Obrigado!

JF BRUNO LORENCINI: Doutor Flávio.

DR. FLÁVIO CAETANO: Boa noite! Flávio Caetano, por parte de Dilma Rouseff.

O senhor nunca esteve com o Sr. Guido Mantega para tratar desse assunto?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Nunca estive com o Sr. Guido Mantega para tratar de nenhum assunto.

DR. FLÁVIO CAETANO: E com o Sr. Edinho Silva, o senhor esteve alguma vez para tratar desse assunto?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Desse assunto não, jamais.

DR. FLÁVIO CAETANO: O senhor já respondeu ao Doutor Gustavo que a orientação ao senhor foi passada pelo Sr. Alexandrino Alencar para que fizesse isso de forma não contabilizada, de forma não oficial.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Isso.

DR. FLÁVIO CAETANO: Por último, o senhor disse que o senhor era a pessoa indicada para tratar com o PDT por relações antigas do senhor com o partido. Essas relações remontam ao Sr. Paulinho da Força ou não?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Não.

DR. FLÁVIO CAETANO: Não tem relação nenhuma com o Sr. Paulinho da Força?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Nenhuma relação com o Sr. Paulinho da Força.

DR. FLÁVIO CAETANO: Obrigado!

JF BRUNO LORENCINI: Doutor Nicolao, alguma pergunta?

DR. NICOLAO DINO: Doutor Bruno, só para esclarecer: não sei se passou despercebido para mim, mas o Sr. Fernando Reis fez referência ao pagamento do valor ao Sr. Marcelo Panella em dois momentos. Foi mencionada a entrega de um milhão de reais em dinheiro no escritório do Sr. Panella e, depois, em outra oportunidade – talvez, por volta de agosto, setembro, se não me falha a memória –, também de um milhão de reais em dinheiro, em espécie. E o restante? Como foi feito o pagamento e quando?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Doutor Nicolao, foram feitas quatro entregas de um milhão de reais. As datas que constam do nosso registro são 4 e 11 de agosto, ou seja, dois milhões no mês de agosto, e dois milhões no mês de setembro, dias 1º e 9 de setembro. Foram quatro entregas de um milhão de reais.

DR. NICOLAO DINO: Todas elas no escritório do Sr. Marcelo Panella?

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Todas elas no escritório do Sr. Marcelo Panella no endereço que eu dei: Avenida Nilo Peçanha, 50, sala 2.708, no Centro do Rio de Janeiro.

DR. NICOLAO DINO: Obrigado! Sem mais perguntas.

JF BRUNO LORENCINI: Não havendo mais questões, declaro encerrada a oitiva. Agradeço ao Sr. Fernando pela sua colaboração e, novamente, ao Doutor Alexandre também pela colaboração com a Justiça.

SR. FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS: Doutor Bruno, eu que agradeço. Muito obrigado. Estamos à disposição.

JF BRUNO LORENCINI: Eu vou só pedir para o senhor assinar.

Doutores, desde já, pergunto: há requerimentos na audiência de hoje? Temos outras oportunidades também.

DR. JOSÉ EDUARDO ALCKMIN: Como naquela pergunta, que foi formulada, houve um início de resposta, eu requeiro, já que houve o indeferimento da questão, que seja apagada da ata aquele trecho da resposta dada pela testemunha anterior.

JF BRUNO LORENCINI: Há uma dificuldade prática aqui, Doutor Alckmin, porque isso foi gravado.

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

DR. JOSÉ EDUARDO ALCKMIN: Mas haverá degravação, não haverá? Então, que seja desconsiderado.

JF BRUNO LORENCINI: Que seja desconsiderado. Entendi. Pelo que entendi do pleito do Doutor Alckmin é que seja tarjado, é isso?

DR. JOSÉ EDUARDO ALCKMIN: Ou que seja, simplesmente, retirado da transcrição esse trecho de uma resposta, que, a rigor, foi negada.

DR. FLÁVIO CAETANO: Qual é exatamente o termo? Não entendi qual é. É o do advogado?

JF BRUNO LORENCINI: Seria isso. Retirar da degravação.

DR. FLÁVIO CAETANO: Mas foi esclarecimento que o advogado prestou?

DR. ALEXANDRE WUNDERLICH: Mais uma vez, pedindo todas as vênias aos partícipes, até porque eu acho que é republicano que, em determinado momento, venha à tona toda a nossa colaboração integral, a defesa de Benedicto Júnior ponderou aqui várias vezes, antes de adentrar o tema, que se tratava da campanha presidencial de 2014, não exclusiva da chapa. Nós avançamos e foi tolhida a sequência da manifestação. Então, *data venia* aos demais Procuradores, eu tendo a consignar a posição do colaborador no sentido de dar guarida ao pedido da parte autora.

JF BRUNO LORENCINI: Entendi. Eu vou fazer constar esse requerimento.

Doutor Nicolao, sobre esse requerimento, o senhor tem alguma posição pelo Ministério Público?

DR. NICOLAO DINO: Eu acho que o requerimento é pertinente sim, tendo em vista o desbordamento do escopo da ação.

JF BRUNO LORENCINI: Está certo.

DR. FLÁVIO CAETANO: (Ininteligível)... foi um mero esclarecimento do advogado.

JF BRUNO LORENCINI: Perfeito. Vou fazer constar o requerimento e deliberar junto com o Ministro.

Mais algum requerimento por parte dos representantes ou por parte dos representados? Não? Doutor Nicolao, algum requerimento?

(Transcrição Fonográfica SAJ/NUTAQ)

(AUDIÊNCIA 2/3/2017)

DR. NICOLAO DINO: Doutor Bruno, nenhum requerimento. Muito obrigado. Boa noite a todos.

JF BRUNO LORENCINI: Então, vamos fazer constar e terminar a ata.

Está encerrada a audiência.

DR. JOSÉ EDUARDO ALCKMIN: Muito obrigado.